

## 8 - MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI

O Ministério da Integração Nacional – MI, criado pela Medida Provisória nº 1.911, de 28/07/1999, e suas reedições, teve sua estrutura regimental originalmente aprovada pelo Decreto nº 3.680, de 19/12/2000, revogado pelo Decreto nº 4.649, de 27/03/2003, atualmente em vigor. Possui como áreas de competência: a formulação e condução da política nacional de desenvolvimento integrada; a formulação de planos e programas regionais de desenvolvimento; o estabelecimento de estratégias de integração das economias regionais; o estabelecimento de diretrizes e prioridades na aplicação dos recursos dos programas de financiamento de que trata a alínea “c”, do inciso I, do artigo 159, da Constituição Federal; o estabelecimento das diretrizes e prioridades na aplicação dos recursos do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia e do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste; o estabelecimento de normas para cumprimento dos programas de financiamento dos Fundos Constitucionais e das programações orçamentárias dos fundos de investimentos regionais; o acompanhamento e avaliação dos programas integrados de desenvolvimento nacional; a defesa civil; as obras contra às secas e de infra-estrutura hídrica; a formulação e a condução da política nacional de irrigação; a ordenação territorial; e as obras públicas em faixas de fronteiras.

Sob a supervisão do Ministério, encontram-se as seguintes entidades vinculadas: autarquias - Agência de Desenvolvimento da Amazônia - ADA, Agência de Desenvolvimento do Nordeste – ADENE e Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS; Empresa pública - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF. No final de 2003, as inventarianças da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM e da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE foram extintas, tendo sido repassadas suas funções para a ADA, ADENE e MI.

### Programa de Defesa Civil

O Programa de Defesa Civil objetiva prevenir e minimizar desastres, socorrer e assistir às populações afetadas e reconstruir e recuperar cenários danificados, garantindo o direito à vida, à incolumidade das pessoas e do patrimônio. O alto índice de ocorrência de desastres naturais, a escassez de recursos para as Ações preventivas e a precária assistência às populações atingidas pela maioria das administrações municipais continuam gerando graves problemas econômicos, sociais e ambientais, demandando uma atuação do governo federal mais ampla do que a Ação supletiva prevista na legislação vigente.

Em 2003, devido à ocorrência de diversas situações de desastres naturais, humanos e mistos, foram reconhecidos pelo Governo Federal, 1.567 municípios brasileiros em situação anormal, objeto dos atos de reconhecimento publicados no Diário Oficial da União, mediante Portarias de Reconhecimento de 1.352 municípios em Situação de Emergência e outros 215 em Estado de Calamidade Pública. Dentre todas as Ações previstas no Programa, no decorrer de 2003 destacaram-se duas Ações representativas: *Prevenção e Preparação para Emergências e Desastres* e *Capacitação de Agente de Defesa Civil*.

A Ação de *Capacitação de Agente de Defesa Civil* é instrumento de “mudança cultural” para uma política pública de defesa civil mediante a construção coletiva de uma Agenda Preventiva, implementada em 2003 e a ser perseguida em todo o período do PPA 2004-2007. A estratégia é atuar na gestão do risco de desastres nos municípios, capacitando os agentes locais na prevenção e no atendimento a desastres, reduzindo assim, as vulnerabilidades e a necessidade de administrar desastres, como forma de minimizar danos e prejuízos provocados, quer sejam naturais ou de origem antropogênica.

Na referida Ação foram despendidos R\$ 2.605.835,30, sendo R\$ 2.064.225,00 aprovado no Orçamento Geral da União - OGU/2003 e R\$ 541.610,30, correspondente à transferência para o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA, de saldos dos exercícios 2001 e 2002. No final de outubro/2003, foram repassados R\$ R\$ 749.480,80 do OGU/2003, para o IICA,. Do montante de R\$2.605.835,30 destinado à implementação dessa Ação, foram executados R\$ 1.433.271,60, o que representa 55 % do total alocado.

Em 19 Unidades da Federação foram realizados 39 cursos, sendo 5 de “Planejamento e Administração para Redução de Desastres – APRD”, 1 “Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais – CAO”, 1 “Curso de Atendimento Pré-hospitalar- APH”, 10 “Curso Operacional de Defesa Civil – CODC” e 3 “Cursos de Prevenção e Preparação para Emergência Química - PEQUIM”, 3 “Cursos de Avaliação de Danos – CADAN”, 10 “Cursos de Incêndios Florestais” e ainda, 6 “Cursos de Preparação de Instrutores - CPI” em parceria com a OFDA/USAID. Com esses cursos foram capacitados 1.649 técnicos pela Secretaria Nacional de Defesa Civil - SEDEC, que

somados aos 430 técnicos capacitados pela Secretaria Estadual de Defesa Civil do Rio de Janeiro – SEDEC/RJ, com chancela e apoio técnico da SEDEC, porém sem alocação de recursos financeiros (conteúdo programático, material bibliográfico e certificação), totalizaram 2.079 capacitados, contemplando a maioria dos Estado brasileiros.

Ainda com recursos dessa Ação, foram repassados R\$ 227.290,80 para o Ministério da Defesa, mediante Acordo de Cooperação Técnica, para o desenvolvimento de software para o Centro Nacional de Gerenciamento de Desastres e R\$ 456.500,00 foram transferidos para 13 Estados ( AC, AL, AM, AP, BA, CE, DF, PI, RJ, RS, RO, RR, TO) com a finalidade de viabilizar a implantação e a operacionalização de Coordenadorias Municipais de Defesa Civil – COMDEC nos seus respectivos municípios, a serem efetivadas em 2004.

Na Ação *Prevenção e Preparação para Emergências e Desastres* foram executados 36,8 % de um total de R\$ 448.000,00 de recursos orçamentários, sendo R\$ 164.905,55 destinados à implantação e implementação da primeira etapa do Centro Nacional de Gerenciamento de Desastres, estrutura destinada à gerenciar riscos e situações de desastres ocorridos em todo país, contudo, o restante dos recursos dessa Ação não foi aplicado devido às dificuldades administrativas do processo licitatório, ainda em curso.

### **Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião do Alto Solimões**

A região abrangida pelo programa situa-se no extremo sudoeste do Estado do Amazonas, compreendendo nove municípios em uma extensão de 214 mil km².

No mês de março de 2003, foi instalado o Fórum de Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião do Alto Solimões, em evento realizado no município de Atalaia do Norte – AM, contando com a representação do poder público municipal, da sociedade civil organizada, da iniciativa privada e de representantes dos governos estadual e federal. Este Fórum é responsável pela mobilização dos atores regionais para a discussão dos problemas mesorregionais e priorização de Ações e projetos visando o seu desenvolvimento, constituindo-se em interlocutor com legitimidade para elaboração e acompanhamento de projetos apoiados pelos governos estadual e federal. O resultado apresentado em 2003, decorreu de convênio assinado com a Diocese do Alto Solimões, com recursos despendidos em 2002, no valor de R\$ 135.135,00, oriundos de resto a pagar de 2001. Como resultado concreto da Ação do Fórum em 2003, cita-se o apoio para a realização de Laboratório Organizacional de Terreno do Programa Organização Produtiva de Comunidades Pobres - PRONAGER no município de Benjamin Constant, que capacitou 131 indígenas em atividades produtivas como artesanato, piscicultura, produção de adubo orgânico, de mudas e de hortaliças, e a realização de convênio do programa com o Governo do Estado do Amazonas para realização de projeto no valor global de R\$ 240.000,00, visando o apoio à produção sustentável do artesanato indígena na Mesorregião do Alto Solimões.

### **Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul**

O Programa abrange mais de 400 municípios das porções Noroeste do Rio Grande do Sul, Oeste de Santa Catarina e Sudoeste do Paraná. Dentre as Ações desenvolvidas, em 2003, destacam-se a Capacitação de Agentes para a Gestão do Desenvolvimento Local e Integrado e o *Gerenciamento da Implementação de Projetos de Desenvolvimento*.

Com relação à *Capacitação de Agentes para a Gestão do Desenvolvimento Local e Integrado*, em 2003 foram treinadas cerca de 3.000 pessoas na área de abrangência da Mesorregião. Diversos segmentos foram objeto de atuação, desde o pessoal vinculado ao setor produtivo até os gestores municipais ligados a questão do desenvolvimento regional. Os segmentos priorizados foram os seguintes: a) organização e capacitação de associações e agricultores/microempresários (cadeias produtivas do leite, fruticultura e piscicultura); b) executivos municipais de turismo (gestão municipal do turismo); c) executivos municipais para elaboração de planos de desenvolvimento rural; e d) executivos municipais para elaboração de planos de desenvolvimento mesorregional integrado e sustentável. O resultado, apresentado em 2003, decorreu de recursos despendidos em 2002, no valor de R\$ 648.818,00, oriundos de resto a pagar de 2001.

No âmbito da Ação *Gerenciamento da Implementação de Projetos de Desenvolvimento*, foram repassados recursos da ordem de R\$ 500.000,00, relativos à emendas parlamentares inscritas em restos a pagar em 2002, para implementação de obras nas áreas de saneamento básico e urbanização em dois Municípios do Paraná.

Ainda com relação à citada Ação, iniciou-se em 2003, a partir da priorização no Programa de Ação do Ministério da Integração Nacional, as atividades voltadas para o apoio de três arranjos produtivos, quais sejam: Doces de Frutas, Embutidos de Suínos e Derivados de Leite. A atuação nestes três arranjos produtivos são basicamente voltadas para: a) capacitação dos produtores rurais para a questão da melhoria da qualidade e produtividade rural; b) treinamentos na área de criação e/ou fortalecimento de cooperativas e associações de pequenos produtores rurais; c) administração rural; e d) comercialização da produção. Para início dos trabalhos, foi liberada, na segunda metade do mês de dezembro, a primeira parcela no valor de R\$300.000,00 sendo que o valor integral projeto é de R\$809.000,00, referentes ao OGU 2003.

### **Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião Vale do Jequitinhonha/Mucuri**

Entre as Ações que estão sendo desenvolvidas no âmbito do referido Programa merecem destaque a Implementação do Planejamento para o Desenvolvimento Sustentável e a Mobilização de Comunidades Mediante o Associativismo e o Cooperativismo.

Instalou-se, em março de 2003, o Fórum de Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião, o qual resultou dos desdobramentos da Ação *Implementação do Planejamento do Desenvolvimento da Mesorregião*. O resultado, apresentado em 2003, decorreu de recursos despendidos em 2002, no valor de R\$ 178.422,00, oriundos de restos a pagar de 2001. A partir da mobilização proporcionada pelas atividades implementadas, foi instalada a Agência de Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião do Vale do Jequitinhonha e do Mucuri, Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP – que congrega vários segmentos da sociedade civil, bem como foram selecionados dois projetos a serem apoiados com recursos inscritos no orçamento de 2003, destinados ao desenvolvimento dos arranjos produtivos de “gemas e artefatos de pedras” e de “cachaça de alambique”, conforme preconizado pelo Programa.

No mês de fevereiro de 2003, foram concluídas as atividades relacionadas com a Ação *Mobilização de Comunidades Mediante o Associativismo e o Cooperativismo*, por meio da qual foram apoiadas cerca de 15 cooperativas e 15 associações, 80% delas vinculadas à produção artesanal da mesorregião, cujo desdobramento foi a capacitação de 581 pessoas, das quais 284 com elevada participação e 397 com participação eventual. O resultado, apresentado em 2003, decorreu de recursos despendidos em 2002, no valor de R\$ 165.416,00, oriundos de resto a pagar de 2001.

### **Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião Metade Sul do Rio Grande do Sul**

O Programa diz respeito à área localizada no sul do Estado do Rio Grande do Sul, na fronteira com o Uruguai e a Argentina e compreende 103 municípios, com área de 153.879 km<sup>2</sup>. Com relação às Ações desenvolvidas no exercício de 2003, merece destaque a *Capacitação de Agentes para a Gestão do Desenvolvimento Local e Integrado*, mediante o qual foi dada continuidade ao projeto de capacitação, principalmente de cooperativas e seus respectivos cooperativados. Nesse contexto, foram realizados seminários municipais de desenvolvimento comunitário nos municípios da Mesorregião, envolvendo mais de 150 organizações e cerca de 1.200 cooperativados. Estes seminários foram desenvolvidos nos 103 municípios que compõem a Metade Sul do RS, e reuniram um total de aproximadamente 5.000 participantes até o final da atividade. O resultado, apresentado em 2003, decorreu de recursos despendidos em 2002, no valor de R\$ 442.900,00, oriundos de resto a pagar de 2001.

### **Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião da Chapada do Araripe**

Localizada no Nordeste brasileiro, na área do polígono das secas, a Mesorregião da Chapada do Araripe compreende 88 municípios distribuídos entre os Estados do Ceará (25), Pernambuco (17) e Piauí (46). A Mesorregião abrange uma área total de 71 mil quilômetros quadrados e população estimada em 1,5 milhão de habitantes.

No mês de dezembro de 2003, mediante a Ação *Realização de Fórum de Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião da Chapada do Araripe* foi instalado o Fórum, em evento realizado no município de Crato - CE, contando com a participação do Ministro da Integração Nacional, do Governador do Estado do Ceará, de representantes dos governos do Piauí e Pernambuco, de Prefeitos dos 88 municípios da Mesorregião, além de representantes da sociedade civil organizada dos Estados da Mesorregião, além da iniciativa privada. Para este resultado, contou-se com o apoio de recursos orçamentários de 2001, no valor de R\$ 199.671,18,

repassados por meio de contrato do IICA realizado com a Fundação de Desenvolvimento Tecnológico do Cariri, da Universidade Regional do Cariri - FUNDETEC / URCA.

A instalação do Fórum de Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião da Chapada do Araripe é de fundamental importância como instrumento de diálogo e articulação do Ministério da Integração Nacional com outras Ações governamentais e não governamentais no território da Mesorregião. Permite também valorizar as iniciativas vindas das forças sociais organizadas na mesorregião. Neste sentido, a participação social junto aos atores regionais, articuladas pelo Fórum atuando na mesorregião, representa um passo fundamental para a transparência e gestão participativa da sociedade nesse processo de Desenvolvimento Regional.

### **Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião Bacia do Itabapoana**

Dentre as Ações desenvolvidas em 2003 destacam-se a *Capacitação de Agentes para a Gestão do Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável*, cujo resultado apresentado decorreu de recursos despendidos em 2002, no valor de R\$ 176.670,00, oriundos de resto a pagar de 2001. Foram treinadas 750 pessoas inscritas nos cursos de capacitação na área de abrangência da Mesorregião. Diversos segmentos foram objeto de atuação, envolvendo desde o pessoal vinculado ao setor produtivo até os gestores municipais ligados à questão do desenvolvimento regional, com priorização para os seguintes segmentos: a) organização e capacitação de associações e cooperativas para agricultores e microempresários (cadeias produtivas do turismo, fruticultura e piscicultura); e b) executivos municipais de turismo (gestão municipal do turismo), como segue:

Projeto Associativismo e Cooperativismo - Em 2003 foram realizados 18 Cursos de Capacitação para Organização e Planejamento de Associações, beneficiando 171 representantes das comunidades da mesorregião, no valor total de R\$ 27.180,00, à conta de restos a pagar do OGU 2001.

Projeto Turismo – Em 2003 foram realizados 31 Cursos de Capacitação para Organização dos Segmentos Turísticos da Mesorregião, incluindo os setores hoteleiro, artesanato, cultural e histórico-folclórico, agroturismo e ecoturismo, beneficiando 204 participantes, no valor total de R\$ 58.890,00, à conta de restos a pagar do OGU 2001.

Projeto Fruticultura - Em 2003 foram realizados 18 Cursos de Capacitação para o cultivo e beneficiamento de frutas, beneficiando 219 Pessoas ligadas, direta ou indiretamente, à fruticultura, no valor total de R\$ 45.300,00, à conta de restos a pagar do OGU 2001.

Projeto Piscicultura - Em 2003 foram realizados 18 Cursos de Capacitação de pequenos produtores de peixes, beneficiando 156 participantes, no valor total de R\$ 45.300,00, à conta de restos a pagar do OGU 2001.

### **Organização Produtiva de Comunidades Pobres (PRONAGER )**

Durante o exercício de 2003, procedeu-se uma reorientação das Ações do PRONAGER de modo a torná-lo uma ferramenta efetiva das Ações de integração e desenvolvimento regional. Dentre alguns elementos que visam esta incorporação às políticas do Ministério da Integração Nacional destacam-se: a) a atuação em mesorregiões; b) a promoção de arranjos produtivos viáveis economicamente no nível mesorregional e; c) a discussão com os atores regionais e locais do Fórum Mesorregional.

Em obediência a estas diretrizes foram executadas oito iniciativas, em sete mesorregiões, por meio da Ação *Geração de Empreendimentos Produtivos*: Alto Solimões (Benjamim Constant/AM) – trabalho com comunidade Ticuna onde foram capacitadas 131 pessoas; Vale do Rio Acre (Brasiléia/AC) – trabalho em assentamento da reforma agrária onde foram capacitadas 98 pessoas; Chapada do Araripe (Pio IX/PI e Jardim/CE) capacitadas 138 e 574 pessoas respectivamente; Vale do Jequitinhonha e do Mucuri (Teófilo Otoni/MG) 215 pessoas capacitadas; Bacia do Itabapoana (Divino de São Lourenço/ES), 123 pessoas capacitadas; e Águas Emendadas (Urucuia/MG), 216 pessoas capacitadas; Vale do Ribeira/Guaraqueçaba (Doutor Ulisses/PR), 82 pessoas capacitadas. Foram formados empreendimentos do qual estas 1.577 pessoas fazem parte em uma forma associativa de produção.

Esta execução foi implementada por meio do Termo de Compromisso de Cooperação firmado com o Instituto de Apoio Técnico a Países do Terceiro Mundo, no valor de R\$ 880 mil. Este instrumento continha, além dos Laboratórios, a consultoria técnica e a execução de Seminários com Diretores de Laboratórios Organizacionais de Terreno - LOT para planejamento e avaliação das Ações em campo.

## **Desenvolvimento Social da Faixa de Fronteira**

No âmbito da Ação *Planejamento Estratégico para o Desenvolvimento da Faixa de Fronteira*, no segundo semestre de 2003, foi elaborado Termo de Referência para a contratação de um estudo visando subsidiar a elaboração das bases para atuação do Ministério da Integração Nacional na implementação de uma política integrada de desenvolvimento econômico e regional sustentado para a Faixa de Fronteira, no âmbito do PPA 2004-2007. O referido estudo foi objeto de licitação para realização de um diagnóstico da região, levantamento das principais Ações, programas incidentes e a proposição de diretrizes para implementação do Programa neste período, na qual sagrou-se vencedora a Fundação José Pelúcio Ferreira, sediada na cidade do Rio de Janeiro. Os trabalhos já foram iniciados e prevê-se, para meados do primeiro semestre de 2004, a entrega dos resultados. A Ação está sendo financiada com recursos repassados ao IICA, totalizando R\$ 273.613,90.

## **Gestão da Política de Integração Nacional**

Para o exercício de 2003 foi aprovado o orçamento de R\$ 3.302.759,00, tendo sido fixado o limite financeiro de R\$ 2.794.382,19. No cumprimento de sua missão, o MI pautou a execução de suas Ações por duas formas de aplicação: aplicações diretas e transferências a organismos internacionais, especificamente ao Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura - IICA. As aplicações diretas totalizaram R\$ 113.691,30, tendo sido, também, realizado convênio com a CODEVASF no valor de R\$ 200.000,00. No que se refere às transferências ao IICA, foram repassados recursos financeiros no montante de R\$ 1.759.086,91, sendo R\$ 480.000,00 referentes a restos a pagar de 2002 e R\$ 1.275.357,00 utilizados de empenhos do próprio OGU, em 2003. Foi inscrito em restos a pagar para 2004 o montante de R\$ 1.401.604,00.

Dos três projetos que compõem o Programa de Gestão da Política de Integração Nacional, a Ação *Estudos para o Planejamento e Gestão do Desenvolvimento Regional* sobressai-se pelo volume de recursos orçamentários recebidos, qual seja, R\$ 1.600.000,00 referentes às localizações de norte, nordeste, centro-oeste e nacional. O grau de realização financeira ficou em 100%, com destaque para os montantes de R\$ 477.998,53 (tendo sido utilizados mais R\$ 480.000,00 de restos a pagar de 2002) no âmbito nacional e R\$ 320.000,00 gastos na Região Norte.

Não obstante a contenção de gastos públicos implementada ao longo do exercício fiscal de 2003, foi possível manter o processo visando a elaboração da proposta da Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR, a formulação das bases da proposta de Políticas de Ordenamento Territorial - PNOT, a elaboração dos Termos de Referência para realização de diversos estudos, como o da Análise da Regionalização do Gasto Público Federal, Acompanhamento e Avaliação dos Instrumentos de Fomento ao Desenvolvimento Regional, bem como a estruturação da rede de articulação institucional, que se configura como um processo de identificação de programas e Ações de caráter regional do governo federal, visando torná-los compatíveis com a PNDR, e possibilitando a identificação de demandas prioritárias e permitindo a articulação de critérios consistentes de atendimento, compatíveis com os objetivos do desenvolvimento regional.

Foram desenvolvidos, desde março, os estudos para a proposição da Política Nacional de Desenvolvimento Regional e para a recriação das Superintendências Regionais, SUDENE e SUDAM. Foram cumpridos os compromissos assumidos no Programa de Governo de suprir a lacuna relacionada com a ausência da Política e das instituições macrorregionais, requisitos indispensáveis para a organização de iniciativas que efetivamente contribuam para a redução das desigualdades regionais e o aproveitamento da diversidade social, econômica, ambiental e cultural do país.

Os principais resultados estão relacionados com a produção dos conhecimentos necessários à formulação das Políticas Nacionais de Desenvolvimento Regional – PNDR - e de Ordenamento Territorial – PNOT, e da avaliação e proposição das institucionalidades e instrumentos de promoção do desenvolvimento regional, conforme abaixo mencionados:

- formulou-se a proposta preliminar da PNDR definindo o objeto, o seu escopo, a abrangência da proposta, os critérios básicos para atuação sobre o problema das desigualdades regionais e exploração do potencial das diversidades sub-regionais;
- avançou-se na estruturação da visão programática do PPA 2004-2007 no âmbito do MI, como dos princípios que orientam a PNDR, consolidando a escala sub-regional (mesorregional) como a mais apropriada para os programas do Ministério;

- promoveu-se a discussão das bases conceituais do ordenamento territorial, ponto de partida para formulação de uma política nacional e também a organização das Ações do MI vinculadas ao tema;
- elaborou-se documento contendo a proposta de criação da nova SUDENE que tratou das bases de recriação da Superintendência, bem como diagnosticou os problemas e as potencialidades nordestinas, apontando os instrumentos financeiros necessários para fomentar o desenvolvimento da região. Também foi preparada a proposta de recriação da SUDAM e está em fase final de elaboração a da Agência da Região Centro-Oeste;
- elaborou-se o PAS - Plano Amazônia Sustentável, plano este coordenado pelo MI em conjunto com o Ministério do Meio Ambiente - MMA que mobilizou a participação do governo federal e resultou na elaboração de um documento inicial, para discussão com os governos estaduais e com a população civil organizada do Projeto;
- foram promovidas 6 análises com Avaliação dos Recursos Aplicados nos Fundos Constitucionais de Financiamento FCO, FNE e FCO, cobrindo o ano de 2002 e o primeiro semestre de 2003; e
- foram desenvolvidos estudo em parceria com o Ministério da Fazenda para a padronização dos balanços e balancetes dos Fundos Constitucionais de Financiamento e constituição de provisões de créditos duvidosos.

Por meio da execução direta foram realizados os seguintes eventos: Oficina Regionalização das Ações do Governo; Oficina sobre o conceito de Ordenamento Territorial e operacionalidade de uma Política Nacional; e Seminário sobre Arranjos Produtivos Locais – APLs.

Em termos de realização a Ação *Gestão de Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado*, considerando todos os seus localizadores, revelou bom desempenho financeiro, na medida em que foram utilizados 82% dos recursos previstos na Lei Orçamentária Anual (R\$ 800.000,00).

Da previsão orçamentária de R\$ 240.000,00, para o localizador nacional, foram executados R\$ 109.000,00 para o pagamento de pessoal de apoio terceirizado, para a elaboração do Termo de Referência do Plano de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha e Mucuri e para o Apoio à Elaboração de Planos Regionais de Desenvolvimento Sustentável no Estado do Piauí.

Embora tenha tido uma boa dotação orçamentária, a Ação *Capacitação de Recursos Humanos para o Planejamento e Gestão do Desenvolvimento Regional* teve sua execução prejudicada pelo contingenciamento imposto pelo Decreto 4.591/2003 tendo sido utilizados apenas 60% da previsão inicial.

Para o localizador nacional, os resultados físicos alcançados são importantes, pois foram frutos de um esforço de articulação do MI com outros órgãos de governo. A Ação de capacitação possibilitou a habilitação de 334 técnicos para as tarefas associadas à discussão, posicionamento e proposição de alternativas sobre os referidos temas. Para tanto, foram realizadas as seguintes oficinas e seminários que contaram com a presença de especialistas nos temas envolvidos e com a participação dos principais atores, no âmbito federal: Seminário Arranjos Produtivos Locais - APLs; Oficina Regionalização das Ações do Governo, contemplando as iniciativas governamentais propostas para a escala sub-regional com vistas à articulação das Ações; Oficina sobre o conceito de Ordenamento Territorial e operacionalidade de uma Política Nacional respectiva; e Seminário da Política Nacional de Desenvolvimento Regional.

## **Desenvolvimento dos Eixos do Nordeste**

A Ação *Financiamento de Projetos de Desenvolvimento Industrial e Agrícola da Região Nordeste* – FNE contribui para o desenvolvimento econômico e social da região nordeste, gerando emprego, distribuindo renda e movimentando a economia regional com o incremento da produção.

Até 30/11/2003, o FNE contratou 18.599 operações de crédito, no valor de R\$ 736,3 milhões. Os mini e pequenos, produtores rurais e empresas receberam R\$ 203,6 milhões (27,6%) do total aplicado pelo Fundo. A contabilização final das operações dos Fundos Constitucionais só costuma ser divulgada a partir do mês de março do ano seguinte, entretanto, a estimativa para o mês de dezembro é de aplicação de um volume de R\$ 250,0 milhões, o que totalizaria cerca de R\$ 986,0 milhões no ano de 2003.

Os recursos foram distribuídos, por setor da economia, da seguinte forma: R\$ 283,7 milhões (38,6%) no setor rural, R\$ 353,0 milhões (47,9%) no setor industrial, R\$ 26,3 milhões (3,6%) no setor turístico e R\$ 73,2 milhões (9,9%) no setor comercial e de serviços.

Os recursos aplicados, por porte de tomadores, atingiram o montante de R\$ 736,3 milhões, sendo R\$ 203,6 milhões (27,6%) destinados aos tomadores de mini e pequeno portes; R\$ 117,0 milhões (15,9%), aos tomadores de médio porte; e R\$ 415,7 milhões (56,5%), aos tomadores de grande porte.

## **Desenvolvimento dos Eixos da Amazônia**

Os financiamentos concedidos aos setores produtivos na Região Norte contribuem para o desenvolvimento econômico e social da região, gerando emprego, distribuindo renda e movimentando a economia regional com o incremento da produção. Para tal fim, a Ação *Financiamento de Projetos de Desenvolvimento Industrial e Agrícola na Região Norte – FNO* é a responsável por abrigar, no OGU, os recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte.

Até 30.11.2003, o FNO contratou 16.371 operações de crédito, no valor total de R\$ 875,4 milhões. Dos contratos realizados, 14.208 (86,8%) foram firmados com mini e pequenos produtores rurais e empresas, no valor de R\$ 225,7 milhões (25,8%) do total aplicado. Como sua contabilidade final só será divulgada em março de 2004, não se pode, ainda confirmar os dados totais, contudo, há uma estimativa de aplicação para o mês de dezembro da ordem de R\$ 80 milhões, o que totalizaria R\$ 955,4 milhões, no ano.

O setor rural foi beneficiado com mais de 15.694 financiamentos, no valor de R\$ 520,8 milhões, correspondentes à 59,5% dos recursos. Os demais setores apoiados pelo FNO receberam recursos da ordem de R\$ 354,6 milhões, representando 40,5% dos recursos. Os empreendimentos apoiados, até 30.06.2003, deverão contribuir com a geração de 53.909 oportunidades de empregos, sendo 22.557 diretos e 31.532 indiretos (últimos dados disponíveis).

## **Desenvolvimento dos Eixos do Centro-Oeste**

Por meio da Ação *Financiamento de Projetos de Desenvolvimento do Turismo, Indústria, Agropecuária e Agroindústria na Região Centro-Oeste*, o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO desempenha um papel importante na promoção do crescimento econômico e do desenvolvimento social da região. Os recursos do referido Fundo destinam-se a financiar os projetos dos produtores rurais e das empresas que exercem atividade econômica nos setores agropecuário, mineral, industrial, agroindustrial, turismo, comércio e serviços da região.

No ano de 2003, o FCO contratou 26.388 operações, no valor de R\$ 940,63 milhões. Os mini e pequenos produtores rurais e empresas receberam 21,02% do valor total aplicado (R\$ 197,77 milhões = 86,30% do volume de operações), os médios produtores e empresas 31,71% (298,30 milhões = 10,45% do volume de operações) e os grandes produtores e empresas 47,26% (444,56 milhões = 3,25% do volume de operações).

Em 2004, conforme decisão do CONDEL/FCO e em consonância com as prioridades do Governo Federal, foi reservado 51% dos recursos para atender os projetos dos mini e pequenos produtores rurais e de micro e pequenas empresas. Esta iniciativa foi consequência à constatação de que somente 15,11% dos empréstimos totais concedidos no 1º semestre de 2003 eram direcionados a mini e pequenos produtores rurais e a micro e pequenas empresas, suas associações e cooperativas. Esta situação não atende às diretrizes contidas na Lei 7.827/89 (art. 3º, III), que estabelecem a concessão de empréstimos do Fundo prioritariamente para os segmentos de menor porte.

Neste sentido, as transformações empreendidas pelo Conselho Deliberativo do FCO durante o ano de 2003, possibilitou nova expansão do sistema, apoiado em bases mais sustentáveis, que podem garantir demanda mais firme para os financiamentos e uma trajetória menos vulnerável às oscilações da conjuntura financeira. Os valores repassados pela Secretaria do Tesouro Nacional tiveram uma evolução de 9,86%, comparativamente ao ano de 2002.

Na Ação *Estudos para Identificação de Oportunidades de Investimentos nos Eixos do Centro-Oeste*, o MI está contratando, mediante termo de parceria, a INVESTE BRASIL para realização de levantamento sobre oportunidades de investimentos no Centro-Oeste que tome por base a perspectiva de implantação dos Eixos de

Integração da América do Sul. O trabalho terá por objetivo identificar oportunidades de investimentos que possibilitem a atração de capitais e abram alternativas de diversificação para o capital produtivo do Centro-Oeste a partir da perspectiva de acesso, a menores custos, aos mercados da América do Sul e aos portos exportadores do Pacífico. O custo financeiro do projeto será de R\$ 237.282,00.

A Ação *Promoção de Oportunidades de Investimentos nos Eixos do Centro-Oeste* tem por objetivo desenvolver 10 Arranjos Produtivos Locais (APLs) inseridos nos Estados de Goiás, Mato-Grosso, Mato-Grosso do Sul e Distrito Federal. Distingue-se na referida Ação a capacitação profissional dos atores envolvidos, a promoção de marketing para o desenvolvimento do Arranjo, a pesquisa tecnológica, as técnicas de comercialização da produção, o assessoramento na elaboração de planos de negócio, a assistência técnica, entre outros. Todo esse esforço concorre para atingir o macro-objetivo do PPA de reduzir as desigualdades regionais e gerar emprego e renda na região envolvida.

### **Desenvolvimento da Região Integrada do Distrito Federal e Entorno**

Por meio da Ação *Capacitação de Agentes para a Gestão do Desenvolvimento Local e Integrado do Distrito Federal e Entorno* foram capacitados, durante o ano de 2003, 80 agentes municipais. Foi realizado o primeiro curso no período de 20 a 24 de outubro e o segundo curso no período de 17 a 21 de novembro. O custo total do empreendimento foi de R\$ 110 mil, tendo sido realizado em parceria com a Escola de Administração Fazendária - ESAF/MF.

Mediante a Ação *Elaboração do Plano de Ordenamento Físico e Territorial do Distrito Federal e Entorno* foi finalizada a primeira fase da primeira etapa do projeto em 2003, consistindo no levantamento dos dados do meio físico da RIDE. A continuidade do Projeto (parte social, econômica e política) está sendo desenvolvida pelo Ministério do Meio Ambiente - MMA. Em 2003 não houve alocação de recursos financeiros.

A Ação *Implementação do Planejamento para o Desenvolvimento Sustentável do Distrito Federal e Entorno* teve alocação de recursos direcionados ao Acordo de Cooperação Técnica com o IICA, destinados ao pagamento de despesas com consultorias, no valor de R\$ 56.000,00.

A Ação *Mobilização de Comunidades mediante o Associativismo e o Cooperativismo do Distrito Federal e Entorno* foi paralisada durante o ano de 2003, tendo em vista a necessidade de reprogramar as Ações de interferência nos municípios e nas cooperativas, em consonância com o programa de Ação do novo governo.

A Ação *Gerenciamento da Implementação de Projetos para o Desenvolvimento Sustentável do Distrito Federal e Entorno* teve a contratação de Consultor, em outubro, para desenvolvimento do projeto cujo objetivo é a implantação/desenvolvimento de pólos de produção mineral na Região, dentro do conceito de Arranjos Produtivos Locais - APLs. Iniciado o levantamento das condições gerais das ocorrências minerais nas cidades de Abadiânia, Pirenópolis, Alexânia, Planaltina e implantação do Centro Gemológico de Brasília. Foram transferidos recursos financeiros para o Projeto de Cooperação Técnica com o IICA, no valor de R\$ 264.590,00.

### **Irrigação e Drenagem**

O Programa *Irrigação e Drenagem*, ao promover a ampliação do estoque da infra-estrutura para o aproveitamento hidroagrícola, tem como propósito expandir a produção agrícola, aumentar os níveis de emprego e renda, melhorar as condições do abastecimento interno, além de tornar mais atrativos, para competir nos mercados externos, os produtos oriundos da agricultura irrigada.

A agricultura irrigada integra-se ao elenco prioritário da programação atual, em consonância com as diretrizes governamentais de concentrar os investimentos em Ações com grande capacidade de maximizar o desenvolvimento econômico e social. Tais Ações assumem dimensão nacional, seguindo duas linhas estratégicas. Na primeira, atende-se as demandas de infra-estrutura para irrigação complementar, em áreas situadas principalmente nas Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, que já dispõem de investimentos e equipamentos, para produção agrícola que ficam ociosos nas épocas de ausência ou de baixa precipitação pluviométrica. Na segunda, o propósito é a promoção das condições necessárias para viabilizar a atividade agrícola, em áreas com baixos e irregulares níveis de precipitação pluviométrica.



Os recursos previstos no OGU 2003 para o Programa Irrigação e Drenagem, envolvidas aí as Ações da Secretaria de Infra-estrutura Hídrica, do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS e da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba – CODEVASF foram de R\$ 333,5 milhões, destes, foram aplicados R\$ 56.719.452,00, algo em torno de 17%. Cabe salientar que, as dificuldades naturais impostas por um primeiro ano de governo, face às restrições orçamentárias próprias de um ajuste macroeconômico, impediu, como consequência, um melhor desempenho do Programa.

As atividades do Programa estão distribuídas por três importantes grupos: *Estudos para o Aproveitamento Hidroagrícola em Áreas Irrigáveis; Implantação de Projetos de Irrigação e Emancipação de Perímetros de Irrigação.*

No corrente exercício deu-se continuidade aos *Estudos para o Aproveitamento Hidroagrícola*, sob a execução da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba – CODEVASF, nos Perímetros de Irrigação Jaíba (MG), Marituba (AL) – Projeto Executivo de uma área de 1.400ha, Salitre (BA) – Projeto Executivo da 2ª Etapa de 7.162ha, Baixio de Irecê (BA) – Projeto Executivo numa área de 60.000ha e Vale do Iuiú (BA) – Projeto Básico da 1ª Etapa de 9.000ha, além do Plano de Ação para o Desenvolvimento Integrado do Vale do Parnaíba – PLANAP (PI/MA). Por meio da Ação *Estudo de Suporte Técnico Operacional*, no âmbito da Secretaria de Infra-estrutura Hídrica em parceria com Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE, foram desenvolvidas atividades de capacitação dos irrigantes dentro do Programa de Qualidade Total na Agricultura Irrigada, produzidos os informativos - Frutseries e Frutifatos - que abordam aspectos de mercado, comercialização, dentre outros. Foram aplicados recursos da ordem de R\$ 3.975.709,00, de um total previsto no orçamento de R\$ 14.842.843,00 para a realização de 145 estudos.

No caso do grupo de Ações *Implantação de Projetos de Irrigação*, estavam previstos no orçamento de 2003, recursos da ordem de R\$ 270.856.631,00, para a implantação de infra-estruturas em projetos de irrigação, com meta prevista naquele orçamento de 162.122ha. Daquele valor, foram aplicados R\$ 26.243.663,00, (9,7%). Dentre os principais projetos destacamos: sob a execução da CODEVASF – Perímetro de Irrigação Salitre (BA) e Perímetro de Irrigação Baixio de Irecê (BA); sob a execução do DNOCS – Perímetro de Irrigação Tabuleiros de Russas (CE) e Perímetro de Irrigação Platôs de Guadalupe (PI) e sob a execução da Secretaria de Infra-estrutura Hídrica o Projeto de Irrigação PROPERTINS (TO).

a) Projeto de Irrigação Propertins (TO) – Localizado nos Municípios de Porto Alegre do Tocantins e Dianópolis, conta com a Barragem Manoel Alves concluída, com acumulação prevista de 148,5 milhões de m³ de água. Encontra-se em análise o Estudo de Viabilidade e o Projeto Básico do sistema de irrigação de uma Área Piloto de 5.000ha, com superfície de área útil de 4.867,96 há.

b) Perímetro de Irrigação Platôs de Guadalupe (PI) – Localizado no Município de Nova Guadalupe, com captação feita na Barragem Boa Esperança, conta com uma área irrigável de 14.768ha, sendo a primeira etapa de 5.207ha. A etapa de 2.009ha encontra-se concluída. A área complementar de 3.199ha encontra-se em fase de conclusão com 89% de execução física. Em processo licitatório uma área de 1.947ha destinada a empresários. Concluídas as obras de drenagem dos setores 1 e 6, estando pendente da montagem dos equipamentos. Esta etapa após em operação poderá beneficiar aproximadamente 8,0 pessoas e gerar 4,4 mil empregos.

c) Perímetro de Irrigação Tabuleiro de Russas (CE) - Localizado nos Municípios de Russas, Morada Nova e Limoeiro do Norte, tem como meta a implantação de 14,0ha, beneficiando uma população e 42 mil pessoas podendo gerar 23 mil empregos. Na primeira etapa de 10,5 ha, encontra-se em execução a construção dos Núcleos Habitacionais. O avanço físico é de 75%.

d) Perímetro de Irrigação Salitre (BA) – Localizado no Município de Juazeiro, visa a irrigação de uma área de 31,3 mil ha. Encontra-se em execução a primeira etapa de 5,1 mil ha, com 60% de execução física, dando-se continuidade aos serviços de montagem dos equipamentos eletromecânicos dos 933 ha dessa etapa, que serão entregues em 2004. Desta etapa está prevista a implantação de 1,0 mil ha, o que poderá beneficiar 4,0 mil habitantes e gerar 2,0 mil empregos.

e) Perímetro de Irrigação Baixio de Irecê (BA) – Localizado nos Municípios de Itaguaçu da Bahia e Xique-xique, visa a irrigação de uma área de 59,6 mil ha. Na primeira etapa de 5,3 mil ha, com 40% de execução física, deu-se continuidade às obras civis e adquiridos os equipamentos eletromecânicos. Esta etapa poderá beneficiar 21 pessoas além de gerar 11,9 mil empregos.

A atividade de *Emancipação de Perímetros de Irrigação* que consiste no desenvolvimento de Ações em perímetros públicos para torná-los auto-sustentáveis, visa transferir, para os usuários, as atividades assumidas pelo Estado, quando da implementação do projeto. O processo, de acordo com a estratégia atual de antecipar as providências para aquela finalidade, inicia-se a partir do momento em que esteja disponível, em cada projeto, uma área com estrutura que permita a sua incorporação ao processo produtivo. Em 2003 foram investidos, nesse segmento, recursos da ordem de R\$ 10,2 milhões, dos R\$ 20,0 milhões previstos no orçamento, com a implementação de um conjunto de atividades em projetos que consolidados, totalizam, aproximadamente, 8.989 ha.

Quanto à atividade *Manutenção da Infra-estrutura de Irrigação de Uso Comum* havia previsão orçamentária de R\$ 25,2 milhões, a serem aplicados em Perímetros de Irrigação cuja meta é de 14.826ha, destes foram aplicados R\$ 16,3 em Ações de manutenção e operação dos perímetros de irrigação que somam 14.515 ha.

Quanto ao desempenho do Programa, como a maioria dos seus projetos está em fase de construção, ou iniciando a produção, é inviável a apresentação de informações relativas ao índice de produtividade agrícola em áreas irrigadas.

### **Proágua Infra-Estrutura**

O Programa *Proágua Infra-Estrutura* visa assegurar a ampliação da oferta de água de boa qualidade para o consumo humano e para a produção, por meio da conclusão de obras estruturante e prioritárias, principalmente na construção de barragens, açudes e adutoras, bem como, levar o atendimento a milhões de brasileiros que não dispõem de água para o consumo em quantidade e qualidade adequadas a uma vida digna. Em algumas áreas, 80% das internações pediátricas são causadas por doenças de veiculação hídrica.

O referido programa do Ministério, contou com recursos na ordem de R\$1,2 bilhão, somados os créditos suplementares e cancelamentos aprovados ao longo do exercício, possuindo uma execução no montante de R\$80.626.491,00, que representa 6,7% dos recursos. Cabe salientar que, as dificuldades naturais impostas por um primeiro ano de governo, face às restrições orçamentárias próprias de um ajuste macroeconômico, impediu, como consequência, um melhor desempenho do Programa, fazendo com que as metas não atingissem o resultado programado. Além disso, existe também uma dificuldade de se mensurar os resultados do Programa, devido a diversidade de Ações e a quantidade de emendas aprovadas no Congresso Nacional.

Dentro do cenário de 2003, algumas obras puderam ser implementadas, cabendo destacar os projetos Barragem Castanhão no Estado do Ceará, Adutora Jucazinho no Estado de Pernambuco, Barragem Berizal no Estado de Minas Gerais, Barragem Poço do Magro no Estado da Bahia e o Proágua Semi-árido.

a) Barragem Castanhão - no Estado do Ceará - conta com suas obras concluídas, retomada as obras do acesso rodoviário, terá a capacidade de armazenar 6,7 bilhões de m<sup>3</sup> de água, destinadas ao abastecimento da Cidade de Fortaleza e outras cidades do Baixo Jaguaribe, irrigação de 43.000ha, produção de 3,8 mil t/ano de pescado, turismo, lazer e no controle de cheias. Uma vez concluída, esta grande barragem vai proporcionar a geração de 90.000 empregos, beneficiando uma população de 3,5 milhões de habitantes no Estado do Ceará.

b) Adutora de Jucazinho - no Estado de Pernambuco, visa o abastecimento de água a 20 municípios, beneficiará uma população de 90.000 habitantes, atendendo as cidades de Surubim, Casinhas, Vertentes do Lério, Santa Maria do Cumbuca, Vertentes, Frei Miguelinho e Salgadinho inclusive com estação de tratamento de água. Concluído o Ramal Norte e o Ramal Sul até o Município de Caruaru, com 272 km de extensão. A obra encontra-se em fase de teste.

c) Barragem Berizal - no Estado de Minas Gerais, visa a acumulação de 241,8 milhões de m<sup>3</sup> de água a partir do barramento do Rio Pardo, destinados ao abastecimento humano e beneficiando 116,7 mil habitantes dos Municípios de São João do Paraíso, Berizal, Rio Pardo, Taiobeiras e Indaiabira, bem como propiciara irrigação de 7.000 ha. O projeto encontra-se com 36% de execução física

d) Barragem Poço do Magro – no Estado da Bahia, localiza-se no Município de Guanambi, compõe-se principalmente de um barramento no Riacho Poço do Magro (Barragem Principal), cuja acumulação de 339 milhões de m<sup>3</sup> de água, permitirá o abastecimento de uma população de 120.000 habitantes, encontra-se com 85% de execução física, tendo sido executados serviços no maciço da barragem, no vertedouro e nos diques.

e) Adutora do Agreste Alagoano – no Estado de Alagoas, localizada no agreste alagoano, com extensão de 199km, beneficiará 18 municípios e uma população estimada em 402.000 habitantes. Foram executados serviços complementares do sistema de adução. Encontra-se com 76% de execução física.

f) Barragem Poço do Marruá – no Estado do Piauí, localizada no Município de Patos do Piauí tem capacidade para armazenar 293 milhões de m<sup>3</sup> de água, visa abastecer os municípios de Patos do Piauí, Itainópolis, Jaicós, Paquetá, Santa Cruz e Jacobina. Tem também como finalidade a irrigação de uma área de 5.000ha. Encontra-se com avanço físico de 45% e irá beneficiar uma população estimada em 60 mil habitantes.

g) Canalização do Córrego Botafogo – No Estado de Goiás, encontra-se em fase de conclusão, prevista para o início de 2004. O canal com extensão de 7,7km, beneficiará a cidade de Goiânia.

h) Proágua Semi-Árido – O objetivo principal desta Ação é ampliar a oferta de água de boa qualidade mediante a construção de adutoras, colaborando para a solução do problema de gerenciamento de recursos hídricos na região do semi-árido nordestino e norte de Minas Gerais. Esta Ação, voltada para o fortalecimento institucional dos estados participantes e a construção de obras hidráulicas, está sendo financiada com recursos do Banco Mundial e contrapartida da União e dos estados participantes. Em 2003 foram concluídos os seguintes projetos:

- Sistema de Águas Vermelhas – No Estado de Minas Gerais, conclusão de 30km de adutora, Bloco I, Bloco II concluído e o Bloco III final encontra-se com 60% de execução física. O projeto beneficiará 20.342 habitantes, nos Municípios de Águas Vermelhas, Divisa Alegre e Curral de Dentro, nos distritos de Machado Mineiro e Maristela, e fornecerá o abastecimento de água em mais dez comunidades.

- Sistema Adutor de Afogados do Ingazeira – no Estado de Pernambuco, em fase de conclusão a adutora com extensão de 75km atendendo a uma população de 46.000 habitantes das cidades de Afogados do Ingazeira, Quixadá e Carnaíba. O projeto encontra-se com 89% de execução física.

Cabe destacar que, dentre outras, encontram-se em fase de conclusão: Barragem Arneiroz II (CE), Sistema Adutor do Congo (PB), com 160km de extensão, Sistema Adutor Estrela de Alagoas (AL), com 16km Sistema Adutor de Afrânio e Dormentes, com 160km de extensão.

A Implantação do grupo de Ações *Sistema Sanitário de Abastecimento de Água em Escolas Públicas* tem como objetivo dotar todas as escolas públicas com mais de 20 alunos, nos municípios com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) igual ou inferior a 0,5 de um sistema de abastecimento de água de boa qualidade para o consumo humano, com a finalidade de promover melhoria das condições de saúde dos alunos, aperfeiçoar as condições sanitárias e reduzir a evasão escolar.

Em 2003, com recursos de Restos a Pagar 2002, deu-se andamento às atividades desses projetos nos convênios firmados com os municípios de Alto Rio Novo (ES), Águia Branca (ES), Nossa Senhora do Livramento (MT) e o Governo do Estado do Pará.

### **Transposição de Águas do Rio São Francisco**

O Programa Transposição de Águas do Rio São Francisco visa garantir a segurança hídrica indispensável ao desenvolvimento sustentável na faixa da região semi-árida do Nordeste Setentrional, por não haver opções economicamente mais viáveis que possam assegurar a garantia de suprimento hídrico à região, nos níveis mais adequados. Em 2003, foi criado, por meio do Decreto de 11 de junho de 2003, Grupo de Trabalho Interministerial, composto de representantes da Casa Civil da Presidência da República, do Ministério da Fazenda, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, do Ministério do Meio Ambiente e do Ministério da Integração Nacional, para analisar e elaborar relatório técnico conclusivo contemplando proposta para a transposição de águas para o semi-árido nordestino, a ser encaminhada para a apreciação da Câmara de Políticas de Infra-estrutura.

### **Recursos Pesqueiros Sustentáveis**

O Ministério da Integração Nacional desenvolve, por meio da CODEVASE, a Ação *Manejo de Recursos Pesqueiros - Implantação de Estação de Piscicultura no Estado do Piauí* integrante do Programa de Recursos Pesqueiros Sustentáveis, com significativa repercussão sobre o sistema produtivo e sobre o meio ambiente. A sua atuação destaca-se pela busca a recuperação do comportamento da ictiofauna e dos estoques pesqueiros

naturais que sofreram profundas modificações com o advento das grandes obras hidroelétricas no rio São Francisco, acompanhadas de certa degradação social.

Dos recursos aprovados no OGU, no valor de R\$ 12.000.000,00, a liberação do limite financeiro possibilitou a execução de somente R\$ 5.500.557,00 (menos de 50%) tendo 75% sido liberados no final do mês de dezembro, devendo sua contraparte física ser executada em 2004. A CODEVASF vem desenvolvendo Ações em parceria com o Governo do Estado do Piauí, por meio da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Rural, Agronegócios e de Meio Ambiente, da Universidade Federal do Piauí e da Embrapa. Foram firmados 9 (nove) convênios com o Governo do Estado do Piauí, que implantará os projetos, sob a supervisão e acompanhamento da CODEVASF. Dentre estes projetos, destacam-se: a) a implantação de projetos de criação de peixes em tanques-rede nas Barragens do Jenipapo (São João do Piauí), Petrônio Portela (São Raimundo Nonato), Salinas (São Francisco do Piauí) e Lagoa do Fidalgo (São José do Fidalgo); b) a ampliação e recuperação do laboratório e viveiros, aquisição de equipamentos e construção de estruturas de apoio à reprodução de peixes na Estação de Piscicultura da Nazária, no Estado do Piauí; c) a construção de viveiros e de galpão na Universidade Federal do Piauí – Campos SOCOPOS, visando dotá-la de infra-estrutura para desenvolver estudos sobre produção de alevinos de espécies endógenas da Bacia do Parnaíba; d) a implantação do Centro Tecnológico de Referência em Maricultura e Pesca do Vale do Parnaíba; e) a estruturação do Arranjo Produtivo Local dos catadores de caranguejo do Delta do Parnaíba; f) a realização do controle e monitoramento físico-químico e biológico da água de efluentes da carcinicultura no litoral piauiense, como suporte ao ordenamento da atividade; g) a implantação da piscicultura em núcleos das Escolas Famílias Agrícolas Dom Edilberto Dinkeldorg dos municípios piauienses de Colônia, Cajazeiras, Oeiras e São João da Varjota; h) a implantação de Centro de Apoio à Piscicultura Intensiva das Lagoas do Fidalgo, localizado no Município de São Miguel do Fidalgo/PI; e i) a implantação de Plano de utilização dos recursos hídricos da região semi-árida do Piauí mediante exploração da aquíicultura e da pesca, como instrumento de planejamento e gestão dos recursos hídricos no Estado.

## Desenvolvimento da Aquíicultura

O Programa *Desenvolvimento da Aquíicultura* teve início com o advento das grandes obras hidroelétricas, as quais provocaram profundas modificações na composição e no comportamento da ictiofauna e reduziram substancialmente os estoques pesqueiros naturais, as oportunidades de emprego aos pescadores profissionais e a oferta de pescado às populações ribeirinhas. Esse Programa tem como objetivos principais: a produção de alevinos de espécies de peixes de importância econômica e ecológica para peixamentos de rios, lagoas e grandes reservatórios d'água e para o incremento da aquíicultura por produtores rurais; desenvolvimento de pacotes tecnológicos em aquíicultura adaptada à realidade local; fortalecimento de arranjos produtivos locais de aquíicultura; e Ações visando a manutenção da pesca artesanal.

Das Ações inseridas no referido programa são de responsabilidade das unidades vinculadas ao MI: *Implantação de Centros de Pesquisa em Aquíicultura* (DNOCS); *Implantação de Unidades Demonstrativas para a Produção de Pescado* (DNOCS) e *Funcionamento de Estações de Piscicultura* (DNOCS e CODEVASF).

No âmbito da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf, a Ação *Funcionamento de Estações de Piscicultura*, no OGU 2003, apresentava um valor de R\$ 12.514.420,00, distribuídos da seguinte forma: R\$ 354.880,00 para o estado de MG, R\$ 61.700,00 para o estado de Pernambuco, R\$ 12.000.000,00 para o estado do PI e R\$ 97.840,00 para o estado de SE. Por meio da referida Ação, além da produção de 12.795.580 alevinos a CODEVASF realizou ainda uma série de atividades, destacadas na tabela a seguir, considerando todos os seus localizadores:

ESPECIFICAÇÃO	MG	BA	PE	SE	AL	TOTAL
PRODUÇÃO DE ALEVINOS	3.229.750	792.500	2.366.990	2.822.000	3.584.340	12.795.580
CONVÊNIOS	1	-	-	3	2	6
PROJETOS EXECUTADOS	3	-	-	1	1	5
EM ANDAMENTO	1	3	2	1	5	12
PUBLICAÇÕES	16	-	-	-	-	16
SEMINÁRIOS, PALESTRAS E REUNIÕES	26	2	5	2	2	37
CURSOS	6	-	-	4	5	15

No exercício de 2003, com o orçamento estimado em R\$ 2.146.000,00, mas somente R\$ 1.387.838,01 descentralizados em virtude da falta de autorização de limites, o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS, desenvolveu, no Programa Desenvolvimento da Aquíicultura os projetos a seguir:

DESENVOLVIMENTO DA AQUICULTURA	CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO	LIMITE AUTORIZADO	DOTAÇÃO DESCENTRALIZADA	SALDO ORÇAMENTÁRIO
DESENVOLVIMENTO DA AQUICULTURA	2.146.000,00	1.387.838,01	1.387.838,01	758.161,99
IMPLANTAÇÃO DE CENTRO DE PESQUISAS EM AQUICULTURA	448.000,00	0,00	0,00	448.000,00
NA BAHIA	224.000,00	0,00	0,00	224.000,00
NO PIAUÍ	224.000,00	0,00	0,00	224.000,00
IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES DEMONSTRATIVAS PARA PRODUÇÃO DE PESCADOS	408.000,00	100.800,00	100.800,00	307.200,00
NO PIAUÍ	36.000,00	0,00	0,00	36.000,00
NO CEARÁ	36.000,00	0,00	0,00	36.000,00
NO RIO GRANDE DO NORTE	336.000,00	100.800,00	100.800,00	235.200,00
FUNCIONAMENTO DE ESTAÇÕES DE PESQUISA EM AQUICULTURA	1.290.000,00	1.287.038,01	1.287.038,01	2.931,99
NO PIAUÍ	35.000,00	34.930,80	34.930,80	69,20
NO CEARÁ	1.110.000,00	1.107.409,52	1.107.409,52	2.590,48
NO RIO GRANDE DO NORTE	35.000,00	34.992,35	34.992,35	7,65
NA PARAÍBA	20.000,00	19.723,34	19.723,34	276,66
EM PERNAMBUCO	35.000,00	35.000,00	35.000,00	0,00
EM ALAGOAS	20.000,00	19.982,00	19.982,00	18,00
NA BAHIA	35.000,00	35.000,00	35.000,00	0,00

Apesar das dificuldades em virtude da falta de autorização de limites para descentralização de recursos, o DNOCS, por intermédio da Coordenação de Pesca e Piscicultura, apresentou por meio da *Ação Funcionamento de Estações de Pesquisa em Aquicultura*, os seguintes resultados:

- distribuição de 18.707.781 alevinos, pelas Estações de Piscicultura e Centros de Pesquisa, visando prioritariamente a produção e distribuição de alevinos de espécies selecionadas e aclimatizadas para povoamento e repovoamento das coleções d'águas públicas e particulares do Nordeste no intuito de ofertar a proteína animal de alto valor nutritivo e de baixo custo às populações da região do semi-árido;
- controle de desembarque de pescado mediante as Coordenadorias estaduais, totalizando no exercício de 2003, 4.006,82 toneladas, sendo 86,82% de peixes e 13,18% de camarões (dos 90 açudes administrados pelo DNOCS, 65 apresentam dados de controle de desembarque de pescado);
- registro da produção de tilápia em tanques-rede em quatro açudes do Estado do Ceará (Ayres de Souza, Santo Antônio de Aracatiaçu, Caxitoré e Frios) totalizando 847,84 toneladas no período de janeiro a outubro de 2003;
- realização de pesquisa e assistência técnica respaldada na “Agenda de Compromisso” firmada entre diversas instituições vinculadas à atividade aquícola no Estado do Ceará;
- difusão da tecnologia realizada por meio de palestras e publicações, dentre os quais o “Caderno Tecnológico de Piscicultura” (publicado pela Fundação Demócrito Rocha), “Sistemas de Cultivo de Peixes” (DNOCS), “Cartilha do Criador de Peixes” (DNOCS);
- organização e realização pelos técnicos, de sete cursos de criação de peixes, totalizando 219 treinandos, sendo 135 nos cursos de Aquicultura Continental, 46 no curso de Piscicultura Continental e 38 no curso de Criação de Tilápias do Nilo em Tanques-rede, todos no Estado do Ceará;
- realização de palestras, em 5 eventos, com finalidade de difundir tecnologias, com a participação de 700 pessoas no Ceará e 135 pessoas no Piauí;
- no Centro de Pesquisas em Carcinicultura: distribuição e estocagem de 60.000 pós-larvas de camarão canela; elaboração e distribuição de informativos sobre o cultivo de camarão; e captura de 130 camarões tipo pitu, no estado do Ceará;
- condução de 4 pesquisas em aquíicultura; e
- elaboração dos projetos das estações de piscicultura do Castanhão/CE, Península Curupati e Posto de Piscicultura Gracho Cardoso/SE, além da formulação dos projetos da Estação de Piscicultura do Rio de Contas/BA e Açú/RN.